



Cajamar, 21 de junho de 2022.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.071/2021**

**OBJETO:** futura e eventual Contratação de empresa especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

**CONNECT GLOBAL PRODUTOS E SERVIÇOS EIRIELLI**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.367.537/0001-50, sediada na Rua Das Bromélias, nº 42, Ipês (polvilho), Cajamar/São Paulo, CEP: 07.791-625, vem, por meio de seu advogado, Matheus Alves Moreira da Silva, inscrito na OAB/RJ nº 235.905, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital de licitação.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando que a abertura do certame está prevista para o dia 27/06/2022 e que o prazo máximo para impugnar, de acordo com o item 23 do edital, é de até 3 (três) dias antes da data fixada para realização do certame, resta comprovado que a presente impugnação é tempestiva, merecendo a mesmo ser conhecida, analisada e respondida.

#### **II – DOS FATOS**

A presente impugnação pretende afastar do procedimento licitatório em epígrafe as incoerências existentes entre as obrigações da futura contratada. Preliminarmente, o termo de referência, no item destacado abaixo, traz a seguinte exigência em relação à empresa contratada:

**12.3. A contratada indicará no ato da assinatura do contrato o(s) responsável(is) técnico(s) que realizarão os serviços. O(s) profissional(is) deverá(ão) possuir Graduação em Ciências da Computação ou qualquer curso de graduação com relação à tecnologia da informação, Administração, Engenharia ou Design, e ser(em) devidamente registrado(s) nos respectivos órgãos de classe.**



Ocorre que não existe no Brasil entidade de classe que regule a atividade laboral dos profissionais da maioria dos profissionais citados acima, conforme se observará mais adiante, o que, evidentemente, torna impossível o cumprimento desta exigência.

Ante ao exposto, não restou outra opção que não a impugnação do presente edital, para ver serem observados os princípios que regem a Administração Pública, sobretudo, os processos administrativos licitatórios, conforme se observa na fundamentação legal a seguir exposta.

### III – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

#### A) DA INEXISTÊNCIA DE ENTIDADE DE CLASSE DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS

Em que pese a previsão legal do artigo 30, inciso I, da Lei 8666/93, como possibilidade de requisito para comprovação da qualificação técnica, a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente só faz sentido se as atividades profissionais do serviço licitado forem regulamentadas por entidade de classe existente.

Ocorre que ainda não existe uma entidade de classe para os profissionais bacharéis em Ciências da Computação, Sistema de Informação e correlatos. Nesse ramo, apenas os engenheiros de softwares passaram a ser vinculados ao CREA em 2018, pela resolução nº 1.100, não havendo menção a outras categorias, senão vejamos:

Art. 1º Discriminar as atividades e competências profissionais do engenheiro de software e inserir o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Porém, como o próprio edital prevê, o serviço objetivado pode ter como responsáveis técnicos outros profissionais que não só engenheiros, ou seja, desenvolvedores formados em Ciências da Computação ou Sistema de Informação e correlatos. Inclusive, sobre a desnecessidade de registro desses profissionais em entidade de classe para as atividades de desenvolvimento, que não são exclusivas de engenheiros, segue jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:



E M E N T A ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE **INFORMÁTICA**. DESNECESSIDADE DE REGISTRO. PRECEDENTES DO STJ E DO TRF DA 3ª REGIÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Nos termos do disposto na Lei nº 6.839 /80, a exigência de registro em conselho profissional está subordinada à atividade básica da empresa ou em relação àquela pela qual presta serviços a terceiros. 2. No caso concreto, a atividade básica da apelada consiste na exploração do comércio de produtos e equipamentos de **informática**, importação, exportação, representação comercial, desenvolvimento de software e a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em equipamentos de **informática**, bem como treinamento na utilização de equipamentos de **informática** e softwares, não estando inserida no rol das atividades privativas de engenheiro ou agrônomo. 3. Não estando as atividades desenvolvidas pela Apelada afetas à engenharia, não está ela obrigada ao registro no CREA. 4. Precedentes do STJ e do TRF da 3ª Região. Inexigível, pois, a cobrança de anuidades. 5. Apelação a que se nega provimento.

FONTE: APELAÇÃO CÍVEL 88699520164036102

(<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=informatica+Crea+software>)

Dessa forma, é imprescindível que o presente instrumento convocatório seja retificado para que a exigência de registro na entidade de classe seja retirada, primeiro porque não é necessário para a atividade de desenvolvimento, como visto acima, bem como por inexistir entidade que regule os graduados em ensino superior pelos cursos de Ciências da Computação, Sistema de Informação e correlatos.

Outrossim, a manutenção do edital como se encontra viola diversos princípios que regem a Administração Pública, entre eles o princípio da legalidade e do julgamento objetivo da proposta, salvaguardados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.666/93, vejamos:

#### **Art. 37, Caput, da CRFB/88**

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

#### **Art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993**

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **LEGALIDADE**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade



administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Diante de todo exposto, Mui Digno Pregoeiro, visando a lisura do procedimento licitatório e objetivando o cumprimento da legalidade, não restou à licitante outra opção que não a impugnação do presente certame, **para que o edital seja retificado nos pontos impugnados** e, consequentemente, republicado, com nova data para realização da disputa, nos termos do art. 21. §4º, da lei 8.666/93.

**§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido,** exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### IV- DO PEDIDO

Em face do exposto, com fulcro na legislação aplicável e jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, requer seja a presente impugnação julgada PROCEDENTE, para **retirar a exigência de registro do responsável técnico em entidade de classe**, por não ser necessário para atividade de desenvolvimento e por inexistir entidade que regule os graduados em ensino superior nos cursos de Ciências da Computação, Sistema de Informação e correlatos.

Caso Vossa Senhoria mantenha a exigência vinculada ao edital, o que se dá somente pelo apreço ao debate, requer a imediata remessa, processamento e o envio destas razões para a autoridade superior.

**POR SE TRATAR DE TEMA PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA, A MANUTENÇÃO DAS EXIGÊNCIAS QUESTIONADAS PODERÁ VIR A SER DISCUTIDA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.**

Desde já, a Connect Global agradece e aguarda vossa manifestação, renovando votos de estima e consideração.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

**MATHEUS ALVES MOREIRA DA SILVA**  
*Advogado – Especialista em Direito Administrativo*  
**OAB/RJ 235.905**